

Michelet: as múltiplas faces de um reinventor da História.

Elias Thomé Saliba

Publicado na coletânea: “Intelectuais e História Intelectual” (Org. Marcos Antonio Lopes – edit. FGV, 2009)

Em relação ao passado e à História, experimentamos frequentemente duas atitudes diversas: aquela curiosidade intelectual, que nos leva a perguntar “como realmente aconteceram as coisas”, ou uma inquietação diferente, emocionada e nostálgica, que nos leva a acreditar que, como dizia Goethe, “o melhor da História é o entusiasmo que ela inspira.” Jules Michelet, talvez um dos maiores historiadores do século 19, parece ter destinado as dezenas de milhares de páginas que escreveu, menos àqueles leitores com inquietações intelectuais e, muito mais aos nostálgicos pelo passado, àqueles leitores ansiosos por reencontrar ou evocar suas próprias experiências existenciais e afetivas.

Basta ver a reação de alguns dos seus leitores mais ilustres, sejam eles críticos, historiadores ou escritores. Quando o assunto é Michelet, a atitude nunca é de indiferença. Há uma longa história dos julgamentos sobre Michelet e sua obra que nunca ficaram num meio termo. Victor Hugo chamava-o de “o Édipo dos séculos, o decifrador das grandes esfinges da História”. Charles Maurras, do alto do seu elitismo, dizia que Michelet era um “celebrador não da história da França, mas de datas festivas da plebe ignorante”. O marxista Mathiez “impressionava-se com a incoerência e a banalidade do seu pensamento”, enquanto Huymans, considerava-o, não sem ironia, como “o mais pessoal, o mais artista e o menos verídico de todos os historiadores”. Lucien Febvre viu na sua obra “o mais belo ato de fé da historiografia moderna”; Georges Lefebvre acabou por reconhecer o seu “enorme talento de historiador” e Fernand Braudel arrematou, no seu *As Identidades da França*, confessando: “Amo a França com a mesma paixão exigente e complicada que a de Michelet.”

Justa homenagem a um Michelet que nunca tratou de nada sem uma paixão nervosa e compulsiva. “Se fui melhor historiador que os outros é porque amei mais do que eles”, escreveu. De fato, se olharmos para o conjunto da sua obra, veremos que cada um dos seus livros é mais do que uma mera produção livresca. Seus livros são gestos visando intervir num momento significativo, seus temas mais parecem dramáticas escolhas existenciais e sua escrita é um autógrafo vivo do seu próprio pensamento.

A História que Michelet escreve corresponde inteiramente à história que ele vive, de 1798 a 1874. Com apenas 15 anos, experimenta o trauma e a violência da época napoleônica; aos 18, partilha a frustração dos revolucionários na Europa do Congresso de Viena; aos 32, como republicano liberal, entusiasma-se com a Revolução de Julho de 1830; aos 50, como republicano democrático, saúda a “primavera dos povos” de 1848 para, logo depois, mergulhar no rápido desencanto e na mais profunda depressão com o 18 Brumário de Napoleão III, quando é demitido do seu cargo de Arquivista e seus cursos são proibidos; finalmente, aos 73 anos, perplexo com as barricadas da Comuna de Paris, ainda tem forças para escrever o último dos

17 volumes da sua monumental **História da França**, cujo término coincide com a sua morte, em 1874.

Por isto, dependendo de qual obra incidir a escolha inicial do leitor, há várias imagens possíveis de Michelet. Michelet, um historiador romântico? Sim, de romântico ele tem todas as características, inclusive os excessos. Contrariamente à historiografia inspirada no iluminismo, que via na sequência dos fatos uma mera conjunção de probabilidades amarradas num abstrato preceito moral, Michelet pretendia, nada mais nada menos, que “a ressurreição integral do passado”, ou seja, o método de conservar, de todo o conjunto da documentação compilada, apenas o que parecia corresponder à ideia, ao símbolo que deveria animar seu relato e dar vida à sua narrativa. O universo do historiador passava a ser uma floresta de símbolos: cada grande personagem, cada país, cada época tinha seu signo, sua tonalidade, expressão de uma solidariedade orgânica dos seus elementos internos. O homem individual passava a existir em função do grupo, em função da sociedade - um *ser coletivo*, isto é, menos uma criação voluntária ou pacto político do que uma realidade anterior, calcada num inconsciente coletivo. No Michelet romântico, a história humana é uma criação, mas o fabricante parece estar num outro plano, não se sabe bem onde: é uma história sem Deus, sem transcendência, e o talento do historiador consiste em perseguir, por trás da sequência e do acaso dos fatos, aquele espírito sempre oculto, obscuro e ardiloso.

Qual o procedimento do Michelet romântico face à esta concepção quase mística do passado? Era muito semelhante ao processo de escrita do romance histórico: a narrativa sensível, detalhada, forte, dramática - feita para captar a intensidade da vida real. Exigia finíssimos dotes de artista para o historiador, mas, sobretudo, uma capacidade de transporte espiritual para o “clima” histórico de outras épocas. “Escrevo lançando labaredas no papel, para que meu livro pareça um incêndio visto à distância”, escrevia Thomas Carlyle. Para Michelet, a história era um multidão de mortos que não precisava nem de cantos fúnebres nem de lágrimas de carpideiras - e completava, enfático: “os mortos precisam é de alguém que lhes explique seu próprio enigma não desvendado, que lhes ensine o que queriam dizer suas palavras, seus atos, seus silêncios que não compreenderam”; e terminava sua profissão de fé, citando uma frase- que ele gostava muito - emprestada à Luís de Camões: o historiador é o “administrador dos bens dos falecidos”. Em resumo, Michelet possuía mais dotes de artista do que Carlyle mas, nesse intuito romântico de exorcismo dos mortos e de revivência dramática do passado, os dois historiadores eram muito semelhantes.

Michelet desenvolveu, contudo, duas peculiaridades. A primeira é que sua história não tratava apenas da política, mas, da religião, da ciência, da arte, do direito, do idioma, dos costumes, da vida cotidiana - em suma, de promover uma autentica “ressurreição integral” do passado. A segunda, é que Michelet foi hábil naquilo a que Roland Barthes chamou de **retrato**: ou seja, era extremamente capaz de um sobrevoo rasante sobre o tema a ser descrito para, depois, rapidamente equacionar os elementos dispersos numa única definição verbal. Tudo isso sempre apoiado, é bom que se diga, num farto e exaustivo exame das fontes da época. A técnica de esboçar o *quadro* (o sobrevoô), observa Barthes, completava o

procedimento do historiador romântico, pois colocava Michelet mais ou menos na posição de Deus, cujo poder maior era precisamente o de manter reunidos, numa percepção simultânea, momentos, acontecimentos, homens e causas dispersos no infinito torvelinho da história.

Michelet não chega, a nosso ver, a alçar um vôo tão alto, mas, seus retratos calorosos da História exprimem sempre julgamentos que ele nunca esconde. Começa pelos indivíduos: Joana d'Arc é a santidade das lágrimas, Robespierre é um gato, Marat é um sapo, Danton é um touro, Mme. de Pompadour é nata azeda, Francisco II é um mineral e Napoleão é ceroso. Depois os retratos se desdobram, tanto para coisas materiais quanto para coisas impalpáveis: a nau holandesa é o mundo côncavo, sem costura; a Bastilha é uma mulher que, enlouquecida por seus crimes, se entregou; o francês é o trigo, que vem do sílex, portanto feito de uma pedra resistente; o cristianismo é a Graça enquanto a Revolução Francesa é a Justiça, isto é, a segunda vinda de Cristo à terra; e, finalmente, o povo, o grande e único personagem da história de Michelet, é o senhor-todo-o-mundo, um *faz-de-tudo*, presente em todos os séculos da história. Lembre-se que Michelet dizia ter sentido sua real vocação de historiador num único lugar - o Museu do Louvre - e que não escrevia nada sobre ninguém sem consultar inumeráveis retratos e gravuras.

No prefácio da *História da Revolução Francesa*, Michelet escreveu que na cena da história não houve jamais senão “dois grandes fatos, dois princípios, dois atores e duas pessoas, o cristianismo e a Revolução.” Mas se examinarmos sua obra veremos que os dois princípios se resumem a apenas um: a Revolução de 1789. Toda a obra de Michelet gira em torno desse drama supremo que explica toda a história anterior e posterior. Mesmo quando descreve a vida do camponês medieval ou escreve o seu belo livro sobre as feiticeiras, Michelet o faz com tamanha impaciência, que chega a atropelar a narrativa, pois tem pressa e quer chegar logo a 1789. As vezes ele perde a paciência e, em transe paramnésico, fala da Revolução no mesmo momento no qual fala de Joana d'Arc ou de Lutero. Porque para ele, a Revolução era uma essência, uma totalidade que alimentava cada minuto da história. Por isso, sua História da Revolução é, sem dúvida, a mais apaixonada de todas. Nenhum historiador foi tão preciso ao captar a “cor local” dos episódios revolucionários. Sua narrativa esmiuça tantos detalhes, que se torna quase incompreensível, sobretudo para quem desconhece o desenrolar geral do processo revolucionário francês. Mas, lembre-se que do romance histórico, Michelet empresta apenas a técnica narrativa, pois a documentação compulsada foi enorme. Além da tradição oral, (o Michelet jovem foi amigo de pessoas que conheceram pessoalmente Marat, Danton e Robespierre) foi um dos primeiros historiadores a se utilizar de registros dos diversos órgãos revolucionários; também foi um dos únicos a ler os documentos comunais de Paris, já que o edifício da Câmara Municipal foi destruído alguns anos depois.

Assim, o procedimento característico de Michelet é partir do sobrevôo para chegar ao detalhe e depois, voltar novamente para um panorâmico sobrevôo. Daí resulta uma escrita saborosíssima, convincente nos detalhes e sedutora no conjunto. A história, algumas vezes, é relatada dia a dia, e não mais ano a ano ou mês a mês, fazendo com que, a depender dos dados que Michelet dispunha, até as condições

atmosféricas desempenhassem o seu papel. Vejam como ele descreve o fatídico dia do guilhotinamento dos girondinos: “O dia 30 de outubro começou pálido e chuvoso, um desses dias lívidos que têm do inverno o ar de cansaço, mas não sua força, sua austeridade salutar. Nesses dias tristes e flácidos, perde-se a fibra; muita gente se rebaixa mais do que o normal. E fizeram questão de proibir que qualquer substância estimulante fosse ministrada aos condenados”. No sobrevôo inicial, ele já prepara o cenário, prenunciando os humores maléficos no dia sangrento que se anuncia.

Os exageros de Michelet são tamanhos que até no café ele consegue enxergar a revolução: “Este café forte, o de São Domingos, encorpado, substancial e excitante ao mesmo tempo, alimentou a idade adulta do século, a idade forte da Encyclopédia. Foi bebido por Buffon, por Diderot, por Rousseau, juntou seu calor às almas calorosas, sua luz à visão penetrante dos profetas reunidos no ‘antro de Procópio’, que viram no fundo da bebida escura o futuro clarão de 1789”. A referência de Michelet ao “antro de Procópio” é ao famoso “Café Procope”, um dos primeiros cafés de Paris, aberto em 1686 pelo italiano Francisco Procopio e que alcançou seu apogeu no século seguinte - o dezoito, que foi, é bom que se diga, não apenas o “século da revolução”, mas também o “século de ouro” dos cafés.

A referência aos cafés não é incidental em Michelet. Tirando os excessos apaixonados em relação à Revolução, os livros de Michelet são pródigos na descrição de costumes populares, festas ou hábitos arraigados na tradição. Sua monumental **História da França** tem momentos notáveis, nos quais ele despreza a cronologia e os acontecimentos e analisa a sociedade como uma tessitura de práticas cotidianas, de formas de alimentação e vestuário, de atos afetivos e representações coletivas. Não foi por acaso que muitos historiadores da Nova História saudaram Michelet quase como precursor da história das *mentalidades*. Mas nesse caso, todos os historiadores seus contemporâneos, buscando as identidades nacionais através da ótica do romantismo populista, também não seriam precursores?

Difícil resposta, face às múltiplas faces da obra de Michelet. Em relação à Idade Média, Jacques Le Goff distingue pelo menos três destas faces de Michelet: seu primeiro olhar é romântico, a Idade Média é o nascimento da “alma nacional”; o segundo olhar é movido pelo republicanismo anti-clerical do historiador: o medievo é descrito como sombrio e monstruoso; finalmente, um último olhar de Michelet, delineado no livro **A Feiticeira**: pelo conhecimento ancestral da natureza, do corpo e da medicina o camponês medieval acaba por incorporar (e preparar) uma parcela de sabedoria da ciência moderna.

Michelet, um historiador naturalista? Na última fase de sua vida, vivendo numa época fortemente marcada pelo naturalismo, Michelet escreveu livros sobre os pássaros, a montanha, os insetos ou o mar. É certo que muitos desses livros foram escritos sob inspiração da segunda mulher de Michelet, Athénais Mialaret, que gostava da pesquisa naturalista. Mas, no embalo da publicação da **Origem das Espécies**, de Darwin, respirava-se um clima geral de naturalismo - clima que fazia com que Amiel ao ler uma página de Taine, já tivesse aquela sensação profunda de cansaço, “como polias que rangem, máquinas que estalam e um fortíssimo cheiro de laboratório”.

Michelet respirou esse clima, mas o mais notável de sua obra é que, ao contrário dos seus contemporâneos, que *naturalizavam a moral* ele, singularmente, esforçava-se por *moralizar a natureza*. A visão micheletiana da natureza tem a ver com a sua concepção anterior, romântica, que ele não abandona e que acaba se colando ao seu naturalismo. Parece certo, afirmava Michelet, que a natureza é mesmo uma “luta pela vida”, um verdadeiro “pega-prá-capar” onde sobrevivem os mais aptos; mas existe uma luta maior, mais vasta e mais importante, que é a **do organismo não contra outro organismo, mas sim, contra o meio ambiente**; uma luta que leva não à competição, mas à cooperação. Daí a admiração incontida de Michelet pelos animais ou plantas cujo comportamento sugeria “ajuda mútua”: as formigas, entre os insetos; os mamíferos entre os vertebrados; as baleias e os peixes nos oceanos; o seu gosto holístico por todas as coisas transitórias - todos os fragmentos equacionados numa mesma unidade; daí também sua atração, sempre poética, pela aurora, trânsito entre a noite e o dia; pelo mar, “lugar onde os animais querem ser plantas e as plantas querem ser animais”, e seu deslumbramento pelo peixe, que ele define como “água animal” ou “água organizada”. Em livros como **A Bíblia da Humanidade**, tudo isso será transposto, de forma poética, para as sociedades humanas: se a cooperação mútua predomina na natureza porque a cooperação e a solidariedade não seriam uma “lei” das nossas próprias vidas? - pergunta Michelet.

Virada notável na ética social do “pega-prá-capar” que resultaria, afinal, do darwinismo triunfante. Pois a ingênuo ética da natureza de Michelet, transposta para a sociedade sob forma de uma ética da cooperação e do mutualismo, parece que já começava a sentir o gosto amargo das mazelas e perversidades da modernidade ocidental, aproximando-se de uma anárquica utopia coletiva ou sugerindo caminhos para a invenção política e social.

De qualquer forma, Michelet soube juntar tudo o que havia de mais diverso no seu século. Não foi à toa que ele confessou depois, no seu *Diário*: “Sou um homem completo, tendo os dois sexos do espírito”. Foi, portanto, uma das raras figuras que escaparam de ser marcadas por aquele fenômeno da consciência dividida, característico do clima cultural do fim-de-século, pois soube sintetizar em sua obra, como poucos dos seus contemporâneos, o místico e o natural, o sentimento e a razão, a arte e a ciência, o romantismo e o naturalismo.

Mais de duzentos anos depois do nascimento de Michelet, neste outro início de século no qual vivemos, será possível aprender algo com a obra desse incansável historiador e irrequieto intelectual? Apoiado na resurreição integral do passado, Michelet foi historiador de um século no qual a identidade das sociedades dependia da pesquisa crítica de suas origens, pois era a partir dessas origens que se procurava forjar, construir ou lapidar a imaginação nacional e a invenção política. Se hoje as sociedades mostram-se pouco interessadas nas suas próprias identidades e o historiador guarda a pesquisa das origens na loja dos métodos inúteis, talvez subsista ainda, como utopia não realizada, a autenticidade e a grandeza da opção ética de Michelet. Sartre comparou, certa vez, o verdadeiro intelectual com um cachorrinho, do qual tivessem removido uma parte do cerebelo: ele se deslocava devagar, ponderava e pensava muito para executar movimentos aos quais, anteriormente, não dava

atenção alguma – em suma, ou ele morria, ou ele *reinventava* o cachorro. Como intelectual, Michelet *reinventou* o tempo e a história.

Elias Thomé Saliba doutor em História, Livre-Docente em Teoria da História na USP e autor de **As Utopias Românticas e Raízes do Riso**.